

INTEGRALISTAS, COMUNISTAS E AS DISPUTAS POLÍTICAS E SINDICAIS NO BRASIL DOS ANOS 1930

Vinícius dos Santos Arantes¹

Neste artigo pretendo analisar brevemente, a partir da bibliografia e de fontes primárias, a atuação dos trabalhadores na década de 1930, principalmente daqueles ligados ao Integralismo e ao Comunismo. Procuo entender os conflitos entre integralistas e comunistas nesse período, refletindo a polarização ideológica e a intensa disputa entre os dois grupos no Brasil da década de 1930. Para além do estudo dessa atuação, também é importante analisar suas diferenças ideológicas sobre a questão social e sobre o papel que deveria ser cumprido pelos sindicatos dentro da sociedade, de acordo com as respectivas concepções de organização social defendidas por cada ideologia, além das relações com outros grupos presentes nos sindicatos e com o Estado Vargasista. Assim, será feita uma caracterização de parte da atuação desses grupos pertencentes a dois campos opostos dentro do espectro político do

Capa do jornal *Correio da Noroeste* de 05/10/1934, noticiando os desdobramentos do conflito entre comunistas e integralistas ocorrido na cidade de Bauru, no interior paulista, em 03/10/1934. Fonte: *Correio da Noroeste*, 05/10/1934. Museu Ferroviário Regional de Bauru.

país nesse período, tendo como foco a sua atuação entre os trabalhadores: de um lado integralistas e outros grupos ideologicamente conservadores, como os católicos, e, do outro lado, os comunistas.

Ao final será feita uma breve crítica a alguns conceitos e visões defendidas em pesquisas sobre a atuação política dos trabalhadores no período.

O contexto brasileiro e internacional da década de 1930

Primeiro, é necessário contextualizar o momento histórico em que estavam inseridas as mobilizações de comunistas e de integralistas. O país vivia importantes transformações na política nacional a partir de 1930, com o fim da chamada República Velha e o fim da hegemonia paulista e mineira no poder. Havia grande efervescência social e política, mobilizações sociais e reivindicações por parte de trabalhadores urbanos e rurais, principalmente pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como de reação a essas reivindicações por parte de grupos conservadores, conflitos entre projetos políticos distintos sobre como deveria se organizar o Estado, as relações entre as classes, os sindicatos, e a busca pela representação política por parte, por exemplo, da classe média. Além disso, a crise de 1929 estimulou o sentimento antiliberal entre as elites, surgindo, dentro da própria economia política burguesa, a defesa da intervenção estatal na economia como uma forma de superar as crises do capitalismo.

Havia, portanto, um contexto nacional de crise, principalmente política e social, e de acirramento dos conflitos. Os grupos conservadores e reacionários tinham medo de que ocorressem significativas transformações na ordem social, assim como a quebra da hierarquia entre as classes nessa sociedade, o que fez com que esses grupos se mobilizassem e disseminassem o seu ponto de vista de diversas maneiras. De acordo com Eliana Dutra, havia, no Brasil dos anos 1930, uma disposição “totalitária”: uma ideologia que sustentaria a imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea; que advogaria um controle social que normalizasse, uniformizasse e totalizasse o conjunto da vida social em nome de um valor dominante que pressupõe a identificação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil; que representaria a sociedade enquanto uma organização repleta de racionalidade; que se utilizaria do fantasma do inimigo para manter coeso o corpo social e do recurso à ficção, à mentira e à violência na representação e no controle do real². Assim, crescia o medo em relação aos comunistas e suas propostas, endossado pelo discurso oficial varguista. A ideia de que grupos opositores, como os comunistas, representavam um perigo foi utilizada como bandeira para a construção do

mito da ordem e para a consolidação de uma estrutura autoritária em nossa sociedade ao longo do século XX3.

Nesse contexto, os integralistas se apresentavam como uma alternativa salvadora para solucionar os problemas enfrentados pela sociedade brasileira naquele período de crise e medo. O Brasil não escapou da influência do fascismo, pois suas ideias e práticas foram adotadas por muitos brasileiros, principalmente por aqueles que fizeram parte das fileiras da Ação Integralista Brasileira (AIB). Porém, não podemos pensar que o fascismo no Brasil fosse um simples resultado de um mimetismo ideológico em relação aos fascismos europeus, da importação de uma “moda” europeia⁴, pois devemos considerar também como a tradição do pensamento político autoritário brasileiro teve um papel importante na formação da doutrina integralista.

Assim, devemos levar em conta as condições sociais internas que foram apontadas e que possibilitaram a criação de um partido brasileiro nos moldes fascistas, a Ação Integralista Brasileira (AIB), o primeiro partido de massas do Brasil⁵. Defendendo uma ideia de organização da sociedade completamente oposta à que era defendida pelos comunistas, os integralistas se aproximaram de uma tradição autoritária nacional e, em parte, do projeto político do regime varguista. Além disso, a luta entre comunistas e integralistas estava inserida dentro do contexto internacional de crise do liberalismo no período entre guerras de crescimento das ideologias autoritárias, principalmente após a crise de 1929, período no qual houve um acirramento do embate entre comunistas e fascistas em vários países.

Nossa proposta é buscar entender de que forma ocorreu a atuação de comunistas e integralistas nesse contexto, principalmente nos sindicatos, e como as suas propostas buscaram responder aos problemas do país, através da análise das diferenças e disputas entre os projetos políticos radicalmente distintos dos dois grupos, e quais as relações desses grupos com o Estado Varguista e ideias já presentes no Brasil anteriormente.

Os Comunistas e os Sindicatos

Com intuito de compreender a ação dos trabalhadores no período varguista, a atuação nos sindicatos e suas relações com o Estado Varguista, e ainda como foram formuladas as políticas trabalhistas e sindicais por parte do Estado nesse período, bem como a relação desse com os comunistas e com o movimento sindical, nos basearemos principalmente na obra *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*, de Ricardo Antunes. Além disso, utilizaremos essa referência a fim de questionarmos algumas concepções presentes na bibliografia sobre os trabalhadores e sua atuação nesse período.

Antunes faz um balanço do movimento sindical e operário antes de 1930, avaliando que, nas primeiras décadas da República, as lutas operárias buscaram conquistar direitos fundamentais do trabalho, alcançadas total ou parcialmente, mas que eram vistas como um fim em si mesmo. Esses fatores foram explicados pelo autor como consequência da hegemonia anarquista no movimento nesse período, visto que os anarquistas negligenciavam a luta pelo poder estatal. O autor diz que, por esses motivos, não se pode dizer que o movimento operário desse período seria “revolucionário” mesmo com o alto grau de mobilização operária. Para Antunes, a criação do PCB em 1922 teve o intuito de criar uma organização político-partidária que organizasse a massa operária e visasse à luta pelo controle do Estado, dando uma dimensão política à luta operária⁶.

Nesse ponto, podemos nos atentar a um aspecto tratado por Marco Aurélio Santana em seu artigo sobre o movimento sindical no período do chamado “novo sindicalismo”⁷. De acordo com Santana, a visão da história do movimento sindical brasileiro como sendo marcada por rupturas tinha não apenas o objetivo de distinguir partes dentro desse movimento, mas também de valorização de uma delas ao colocar o grupo que era dominante no período anterior como algo negativo dentro do processo histórico. Nesse sentido, as análises realizadas a partir dessa perspectiva não buscaram entender as possíveis continuidades e semelhanças entre os períodos da história do sindicalismo brasileiro e tiveram dificuldades em perceber as respectivas especificidades de cada período⁸. A obra de Antunes é um exemplo dessa visão sobre a história do movimento sindical brasileiro, ao tentar mostrar o período anterior ao da criação do PCB como um momento no qual o movimento sindical brasileiro teria uma atuação limitada.

Segundo Antunes, o entendimento da atuação da classe operária nos anos posteriores a 1930 está diretamente ligado à nova forma adquirida pelo Estado Vargasista. Segundo ele, o movimento de 1930, e o novo rearranjo de poder, teriam significado o início de um novo ciclo, que teria criado, aos poucos, as bases para a acumulação capitalista industrial no Brasil. Nesse novo rearranjo, os interesses de diferentes grupos, agrários, urbanos e industriais teriam se mesclado em um novo bloco de poder em que nenhuma fração dominante estaria excluída, mas na qual as classes populares ainda seriam excluídas de qualquer participação, além de sofrerem com a repressão política e ideológica desencadeada pelo Estado, através de uma política sindical controladora e uma legislação trabalhista manipulatória. Dessa forma, a desmobilização da classe operária no pós-1930, principalmente após 1935, teria sido decorrente da atuação controladora do Estado e não tanto de uma suposta incapacidade da classe operária.

De acordo com o autor, no período do Estado Vargasista, a “questão social” teria ganhado uma dimensão mais significativa, não só politicamente, mas porque a industrialização teria criado a necessidade de uma regulamentação maior do mundo do trabalho. Por isso, em um primeiro momento, na sua relação com a classe operária o Estado Vargasista teria manifestado sua face repressiva formulando uma política sindical com o objetivo de sujeitá-la à dominação do capital com a dissolução de suas organizações independentes e, em alguns momentos, como em 1935, da repressão policial. Porém, no plano da legislação trabalhista, a atuação do Estado pareceu corresponder, em certa medida, à luta operária e suas reivindicações imediatas, e por isso conseguiu criar as bases sociais para a sua sustentação junto às classes populares, visto que, juntamente com o atendimento às reivindicações, descarregava um grande conteúdo manipulatório através da ideologia do varguismo⁹.

Esse aspecto duplo e, por vezes, contraditório do relacionamento do Estado com a classe operária comportava o caráter desmobilizador do varguismo sobre o movimento operário e sindical. Por meio de uma legislação protetora do trabalho, o Estado Vargasista buscou garantir a “paz social”, e o próprio Vargas teria afirmado que o capital deveria ser atraído e amparado pelo poder público e que a melhor forma de fazer isso seria transformando os trabalhadores em uma força orgânica de cooperação com o Estado, com a regulamentação e a organização do trabalho através de sua coordenação¹⁰. Nesse sentido, defendia¹¹ que os sindicatos eram órgãos de defesa e colaboração entre o capital e o trabalho com o poder público. Seguindo essa ideologia, os sindicatos estavam subordinados ao Estado por meio da intervenção do Ministério do Trabalho junto às diretorias. A partir da Lei de Sindicalização de 1931, os sindicatos foram, a princípio, estimulados, e, posteriormente, de certa maneira, forçados a buscarem o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, seguindo uma série de normas restritivas determinadas por esse Ministério, que limitavam a sua prática, inclusive impedindo o direito de greve.

Dessa forma, os pilares da estrutura sindical brasileira foram constituídos dentro de um espírito de “colaboração de classes” e de subserviência ao Estado, o que seria um sinal da influência da ideologia corporativista sobre o varguismo. Tal ideologia defendia que os agrupamentos profissionais seriam fundamentais para a organização política da nação, com cada grupo profissional formando corporações tuteladas pelo Estado. Através dessas corporações, cada indivíduo, grupo e classe social, teria uma função a cumprir para contribuir para a organização da sociedade, relacionando-se entre si dentro de um espírito de colaboração, e não de competição ou de luta entre indivíduos e classes sociais. Ricardo Antunes discorda da atribuição do princípio da colaboração de classes ao corporativismo, afirmando que esse só seria possível no

fascismo, considerando a corporação como organismo legal e unitário, com composição supostamente unitária de trabalhadores e patrões como representantes dos interesses dos ramos de produção. Apesar disso, diz ser inegável que a estrutura sindical incorporou algumas características do sindicalismo corporativista, ao, por exemplo, estruturar-se de forma vertical, hierarquizada e burocratizada, ao subordinar os sindicatos ao Estado e também ao criar comissões mistas entre o capital e o trabalho para a resolução de conflitos. A apropriação de algumas características do Estado corporativista no caso brasileiro pode ser vista na legislação trabalhista varguista e na Constituição de 1937, que foram escritas a partir da inspiração e da cópia de artigos inteiros da *Carta Del Lavoro*¹² do fascismo italiano, como os artigos I-XII desse documento, embora nunca tenham aplicado aspectos essenciais do corporativismo¹³.

Além de apresentar esses aspectos da política sindical e trabalhista do governo Vargas, o autor busca ressaltar a luta pela autonomia e preservação dos sindicatos como parte importante na luta de classes. Segundo Antunes, a resistência do movimento operário poderia mostrar que houve um fracasso na política sindical varguista na primeira metade da década de 1930, principalmente se considerarmos o baixo número de sindicatos que se subordinaram às exigências da Lei de Sindicalização entre as categorias de trabalhadores das indústrias nos grandes centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o autor, a incorporação dos sindicatos ao Estado seria maior em áreas menos industrializadas e em categorias consideradas por ele como “mais atrasadas”.

Em sua análise, afirma que, apesar da resistência operária que levou à queda no número de sindicatos oficiais entre 1934 e 1935, a onda repressiva desencadeada pela lei de Segurança Nacional e o fracasso do movimento da ANL meses depois, foi tornando impossível que os trabalhadores se organizassem através de um sindicalismo autônomo. Como consequência, o número de sindicatos oficiais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, cresceu a partir de 1936, enquanto havia caído em mais de 70% durante o período de atuação da ANL.

Antunes analisou a prática sindical de diversas categorias, inclusive dos ferroviários, categoria específica que analisaremos neste trabalho. Mas antes de nos atermos a esse ponto, parece-nos importante mostrar como o autor retratou a heterogeneidade política dentro do movimento sindical desse período. Antunes afirma que existia uma diversidade inegável dentro da massa assalariada. De acordo com ele, suas pesquisas apontam para uma resistência na forma como as principais concepções político-ideológicas existentes dentro do movimento sindical enfrentaram a questão do sindicalismo e a política sindical varguista. Separa as tendências presentes no movimento sindical

em duas, colocando-as em lados opostos no campo ideológico. De um lado aqueles com uma postura considerada de esquerda, como os anarco-sindicalistas, os comunistas, os trotskistas e os socialistas e, do outro, aqueles que denomina de pelegos, por defenderem uma política conservadora e oficialista do governo, e os católicos. Segundo o autor, essas manifestações de diversidade no plano sindical refletiriam a polarização do quadro político naquele contexto, no qual atuava, de um lado, a Aliança Nacional Libertadora e, de outro, com posição política e ideológica claramente distinta, a Ação Integralista Brasileira.

Chama a atenção, porém, na análise feita por Antunes, a ausência da menção à atuação dos integralistas nos sindicatos. Temos algumas hipóteses sobre os motivos que levaram o autor a não considerar esse grupo. Uma delas é a falta de um discurso e uma política organizada de atuação direta nos sindicatos por parte dos integralistas, pelo menos nos primeiros anos da existência da AIB. Mas talvez o principal motivo seja o enfoque do autor sobre a atuação dos grupos de esquerda nos sindicatos. Analisando as formas de resistência à política varguista constatou que os que não resistiram, de alguma forma ou em algum momento, frente à política varguista, eram vítimas de manipulação por meio da política sindical.

Nesse período, os comunistas aumentavam sua influência sobre o movimento sindical. Desde a fundação do PCB, em 1922, os comunistas buscavam ter uma influência sobre os trabalhadores em geral. A partir das novas determinações oficiais que estabeleciam as formas de organização dos sindicatos após 1930, o partido iniciou uma campanha contrária à presença do Estado no movimento sindical. De acordo com Antunes, a política sindical dos comunistas pregava a autonomia e a unidade sindicais e, por isso, criticavam o aparecimento de vários sindicatos do mesmo ramo com o intuito de dividir a organização operária, o que também dificultaria o traçado de um programa mínimo de reivindicações imediatas¹⁴. Partindo dessa posição, a conduta dos comunistas no movimento sindical era dirigida para a luta pela unidade desses com a proposta de uma frente única. Apesar de tentarem criar uma confederação sindical desde 1934, os comunistas só conseguiram realizar isso no ano seguinte, como resultado de uma prática autonomista. Esse período era o auge do movimento da Aliança Nacional Libertadora que neste momento colaborou para criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB)¹⁵.

Essa confederação, expressando a organização sindical de parte da massa assalariada que estava sob a direção dos comunistas, além de apresentar reivindicações específicas e imediatas, estava inserida em uma atuação explicitamente política, em um momento de plena atividade da ANL. Após o

levante de 1935, houve uma intensa repressão contra o movimento aliancista e, neste cenário, a Confederação Sindical foi declarada ilegal e reprimida violentamente¹⁶.

Antunes defende que enquanto os setores considerados por ele como os mais representativos da classe operária buscavam manter sua prática sindical autonomista e independente do Estado, com o intuito de preservar os seus organismos sindicais, o Estado, através do Ministério do Trabalho, conseguiu criar os “sindicatos oficiais”, a partir do decreto que criou a Lei de Sindicalização em 1931¹⁷. O ponto particular nesse processo, de acordo com ele, está no fato de que foi o Estado quem criou “sindicatos oficiais” como forma de minar o que ele classifica como “sindicalismo autêntico”. Isso teria sido feito por meio de uma prática dupla, através da repressão sobre os setores organizados dos trabalhadores e seus sindicatos, e pela manipulação junto aos operários. Com essa política governamental, os operários buscavam ingressar nos “sindicatos oficiais”, ou pressionar suas lideranças para que pedissem o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho como forma de ter acesso aos benefícios oferecidos pelas vantagens e conquistas trabalhistas. Dessa forma, tornou-se cada vez mais difícil para o sindicalismo autônomo resistir e manter-se fora das determinações oficiais¹⁸.

Para chegar às suas conclusões, o autor analisa as atividades de diferentes setores da classe operária. Considerando que iremos tomar o Sindicato dos Ferroviários da Noroeste como exemplo da atuação sindical de comunistas e de integralistas, analisaremos como Antunes retratou a luta dessa categoria para entendermos melhor a atuação desses grupos entre os ferroviários, e quais as diferenças entre sua análise e as de outras pesquisas mais recentes, principalmente aquelas que buscaram investigar a atuação dos integralistas dentro dos sindicatos, como por exemplo Beatriz Brusantin e Renato Dotta.

Apesar de comporem uma parcela expressiva dos assalariados e de se mostrarem combativos nas greves, os ferroviários compunham uma categoria heterogênea e diversificada em relação à sua orientação sindical. Isso pode ser entendido em parte como consequência da existência de vários sindicatos, e pelo fato de existirem muitas linhas ferroviárias distintas. Por exemplo, o Sindicato Ferroviário do Estado de São Paulo, embora ligado à Federação Operária de São Paulo, de orientação anarquista¹⁹, se sujeitou às determinações da Lei de Sindicalização poucos meses após sua promulgação. A exemplo da diversidade dos sindicatos ferroviários, Antunes cita alguns que teriam atuação inspirada pelos comunistas e com orientações antifascistas e anti-integralistas, como o Sindicato dos Ferroviários da Noroeste. Destaca, porém, que apesar das críticas à lei de Segurança Nacional feita por esse sindicato, acabou por sujeitar-se às determinações do Ministério do Trabalho. Em 1934 reformou seus estatutos

que recebeu aprovação do MT em julho de 1935. É importante destacar a presença de integralistas no sindicato já nesse período de 1934, com a participação ativa de reformistas e integralistas em sua direção, e também em 1937, tal como apontado por Beatriz Brusantin, em sua pesquisa²⁰. Esses dados permitem que questionemos, pelo menos em parte, a leitura de Antunes sobre esse sindicato problematizando a complexidade da participação desses grupos nos sindicatos. Voltaremos a esse ponto posteriormente.

Um exemplo contrário à atuação combativa citada pelo autor entre os ferroviários seria o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara. Em um artigo de primeira página no jornal *O Trabalho*, produzido pelo próprio sindicato, em 1934, elogiava Antônio Salazar e os regimes fascista e nazista na Itália e na Alemanha²¹. Segundo Brusantin, no caso do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, apesar de contar com grande participação de comunistas em sua direção até 1935, nos anos anteriores esse sindicato já contava com a presença dos integralistas e também dos reformistas²², fato indicativo das contradições existentes dentro dessa organização e que não foi explorado pelo autor.

Integralistas e conservadores nos Sindicatos

Além dos comunistas, existiam dentro dos sindicatos grupos com ideais conservadores, como os católicos e os integralistas, que defendiam um discurso anticomunista, uma sociedade extremamente hierarquizada e a busca da harmonia social através da colaboração entre as classes. Em sua pesquisa, Antunes não tratou diretamente sobre esse último grupo, mas buscou analisar a atuação dos católicos no movimento sindical. De acordo com o autor, a atuação deles no movimento sindical parecia restrita, pois teriam investido a sua influência na Assembleia Constituinte com o objetivo de conquistar a pluralidade sindical. Esse grupo justificava a sua existência dentro do movimento operário afirmando que seria impossível o sindicalismo sem religião. Reiteravam também que ocorria um verdadeiro ressurgimento de associações operárias fundadas no espírito católico, como as agremiações existentes na Idade Média na Europa, as quais teriam feito, por muitos séculos, a felicidade dos trabalhadores daquele período²³. Vemos nesse argumento dos sindicalistas católicos uma nostalgia ideológica de uma Idade Média imaginada. Eric Hobsbawm considera esse pensamento presente nos modelos da direita europeia, no qual a existência de classes era reconhecida, porém a perspectiva da luta de classes era mantida à distância pela aceitação de uma hierarquia social e também pela da defesa da noção de uma sociedade orgânica, na qual todas as classes e grupos teriam um papel a desempenhar²⁴.

Nesse aspecto, católicos e integralistas compartilhavam da mesma visão pois se aproximavam de um modelo conservador em defesa de uma ordem tradicional que recriaria princípios do corporativismo medieval como forma de conter o individualismo liberal e o avanço do socialismo²⁵. É importante assinalar a ligação entre o catolicismo e a AIB para entendermos a construção das bases filosóficas e políticas da doutrina integralista, as suas estratégias de propaganda e também de alguns rituais que os militantes integralistas participavam, claramente relacionados aos rituais católicos. Tal conexão explicaria o fato de o alcance do integralismo entre os católicos superar, e muito, o alcance entre membros de outras religiões²⁶. A partir disso, podemos especular sobre quais posições teriam sido tomadas pelos trabalhadores católicos que participavam dos sindicatos nesse período e se, de alguma forma, uma parcela expressiva dos trabalhadores católicos atuantes em sindicatos teria aderido aos ideais integralistas. Assim, podemos pensar se o fato de o integralismo ter sido um movimento composto majoritariamente por católicos e ter tido uma influência maior sobre esse grupo, seria uma possível explicação para a relativa falta de estudos sobre a presença dos integralistas entre os movimentos sindicais e trabalhistas, pois muitos estudiosos teriam identificado a atuação sindical integralista como uma atuação católica. Além disso, acredito que a existência de uma relativa falta de estudos sobre a presença do conservadorismo, do integralismo e de ideologias de direita em geral, dentro da história dos movimentos de trabalhadores no Brasil também pode ter cumprido algum papel para a ausência dessa distinção em muitas pesquisas. Segundo Antunes, a atuação dos católicos ocorreu através do Centro Operário Católico Metropolitano. O objetivo desta organização era criar sindicatos católicos como alternativa aos sindicatos oficiais ou àqueles dirigidos por comunistas e anarquistas, mobilizando inclusive as igrejas, que propagariam as concepções dos religiosos sobre a questão sindical. Ainda que comunistas e anarquistas fizessem oposição à estrutura sindical e buscassem uma prática sindical autonomista, abriu-se um espaço para a atuação do Ministério do Trabalho, por exemplo em diversos sindicatos de ferroviários e no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo²⁷, criando uma liderança pelega que, aos poucos, , foi “penetrando e formando uma estrutura sindical controladora e coibidora dos interesses dos trabalhadores”²⁸. Inclusive, o Centro Operário Católico Metropolitano teria participado de manifestação de apoio ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, realizada em São Paulo em 1931²⁹.

O historiador Renato Dotta, em sua pesquisa, buscou analisar as relações do Integralismo com os trabalhadores, sobretudo a ação e a visão da

AIB sobre essa classe social ao longo da existência do movimento dos camisas-verdes. Como o autor afirma, o movimento integralista desenvolveu discursos no intuito de cooptar diversos segmentos sociais³⁰. Apesar de autores como Bertonha³¹ afirmarem que o Integralismo era um movimento basicamente de classe média, Trindade mostrou que esse movimento de massas não estaria restrito a uma classe, principalmente se considerarmos os militantes e dirigentes locais³². De fato, a AIB conseguiu adeptos em todas as classes sociais, atingindo um grande grau de mobilização através do seu discurso nacionalista e de união de classes³³.

De maneira geral, os trabalhos sobre o período apenas fazem algumas referências ou breves comentários sobre a relação entre trabalhadores e integralismo, quase sempre com o mesmo tom: os trabalhadores eram visceralmente contrários à ideologia integralista³⁴. Em certo sentido vimos uma análise semelhante na obra de Antunes, que quase não menciona os integralistas ao analisar o movimento operário e sindical da primeira metade da década de 1930. Além disso, em muitos trabalhos que tratam sobre o primeiro período Vargas, o movimento integralista é tratado como se fosse um monolito formado exclusivamente por intelectuais burgueses.

Hélgio Trindade, em seu trabalho clássico sobre a AIB, talvez tenha sido o único autor a estudar a composição social desse movimento. Em sua análise, o autor afirma que, entre os militantes e dirigentes locais, cerca de 22% pertencem ao que ele denomina como “camadas populares”, que inclui operários industriais, agrícolas e trabalhadores independentes³⁵. Ou seja, mesmo com grande parte dos militantes pertencendo às chamadas “classes médias”, um número significativo de membros da AIB advinha das classes trabalhadoras.

A concepção corporativista de sociedade é um dos pilares da doutrina do Sigma, e, segundo essa concepção, cada indivíduo e cada grupo teria um papel pré-determinado na sociedade, assim como cada órgão ou membro tem seu papel no corpo humano. Isso se daria pela representação das “classes profissionais” por meio das corporações, e não como na democracia liberal, nas quais as aspirações seriam representadas por meio dos partidos políticos que, segundo a ideologia integralista, dividiriam a nação. Mas o movimento integralista foi além da teoria, buscando implementar na prática a sua política sindical através de um órgão interno, a Secretaria de Corporações e Serviços Eleitorais, que pretendia ser uma instância controladora e orientadora da ação sindical integralista, além de buscar arremessar trabalhadores para atingir os objetivos eleitorais do movimento³⁶.

Como exemplo da ação sindical dos integralistas nos sindicatos ferroviários paulistas, Beatriz Brusantin afirma a existência de dois momentos

principais dessa atuação no Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, em 1933 e em 1936, e que podem nos trazer novas informações sobre esse contexto de profundas definições e transformações para o movimento operário brasileiro. Esses sindicatos foram espaços privilegiados de atuação dos integralistas, visto que já tinham o histórico de serem centros de um movimento operário de cunho mais reformista. A presença de vários adeptos do integralismo nas assembleias sindicais ferroviárias no interior de São Paulo, já no ano de 1933, é algo que nos parece significativo para entendermos essa atuação. No caso de Bauru, já havia a presença forte de integralistas no sindicato da Noroeste antes mesmo da fundação do núcleo local, em setembro de 1934, o que pode indicar que a fundação do núcleo era apenas uma formalidade e uma estruturação política posterior ao engajamento político. Em 1933, a ação dos integralistas nos sindicatos foi articulada a uma corrente política com ideias corporativistas, positivistas e reformistas, existente desde os anos 1920, mais do que propriamente uma ação direcionada do partido para seus ativistas.

Alguns ideólogos do integralismo desenvolveram ideias referentes aos trabalhadores e à sua organização política dentro do movimento e em um futuro Estado Integral, o qual era o objetivo político da AIB. Entre os ideólogos integralistas que se ocuparam com a temática do trabalho e do sindicalismo podemos citar principalmente Miguel Reale. Segundo João Fábio Bertonha, a questão operária teve importância fundamental no pensamento desse ideólogo integralista³⁷. O jornal *Acção*, criado por Reale em 1936, serviu como porta-voz dos integralistas paulistas, que viam os problemas operário e sindical-corporativo com especial ênfase. O enfoque dado a essas questões seria uma característica do integralismo paulista, acentuada a partir de 1936. Para Bertonha, a perspectiva de Reale, que ressaltava o corporativismo, teve um impacto limitado entre as classes trabalhadoras. Mas indicava uma visão própria, ainda que também presente em outros líderes integralistas, dos problemas de seu tempo, com uma forte preocupação com a questão do movimento operário, o que seria facilmente explicável pela influência do fascismo italiano em Reale e pelo fato de São Paulo ser o maior centro industrial do país naquele período, o que transformava o problema operário em algo extremamente importante, que teria de ser resolvido a qualquer custo.

Para esse pensador integralista, o problema se resolveria pela reformatação do Estado e pelo corporativismo. No pensamento de Miguel Reale, sindicatos e corporações seriam distintos. Os sindicatos teriam como função resolver os conflitos de classe, por meio da reunião entre patrões e empregados, cada um desses grupos com seu próprio sindicato, para resolver e anular conflitos. As corporações seriam a união dos sindicatos

para a resolução de problemas comuns, ou seja, em escala maior e com fins mais amplos³⁸.

O aumento da repressão governamental ao movimento operário, inclusive com prisões, levou a uma reação por parte da esquerda, que se organizou em torno de frentes únicas, como a Frente Única Antifascista, em consonância com a orientação de formação de frentes e alianças defendida pela Internacional Comunista. A formação da Aliança Nacional Libertadora teria sido resultado disso, e os embates de aliancistas e comunistas contra os integralistas se tornaram muito mais frequentes. Como consequência, o ano de 1934 representou uma diminuição da influência dos integralistas sobre os sindicatos. Ao mesmo tempo, a atuação e a influência da Ação Integralista Brasileira como movimento político cresceu entre os anos de 1934 e 1935³⁹.

No caso de Bauru, a tensão entre comunistas e integralistas teria chegado ao auge justamente nesse período de recuo da influência integralista sobre o sindicato, mas de aumento de sua influência como movimento e partido político. Ocorreu, inclusive, um conflito violento entre os dois grupos no centro da cidade em 03/10/1934, com a morte de um militante integralista, Nicola Rosica, funcionário da Estrada de Ferro Noroeste⁴⁰. O conflito em Bauru aconteceu no dia em que foi realizada uma marcha pelos integralistas por ocasião da visita do líder da AIB, Plínio Salgado, à cidade, e foi noticiado nas páginas da imprensa local, nas quais os membros do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil foram apresentados como responsáveis pelo conflito e classificados como “desordeiros, indisciplinados, inimigos da sociedade e da Pátria Brasileira. Em suma: comunistas, que não trepidaram em atacar pelas costas uma coluna de moços indefesos e disciplinados, sem que para isso houvesse o mínimo motivo”⁴¹. Posteriormente, o evento acabou tendo uma grande importância para a AIB, já que Rosica acabou sendo transformado no primeiro “mártir” do integralismo pois, segundo a propaganda integralista, ele teria morrido pela causa integralista e como vítima dos comunistas.

Mas apesar do crescimento da influência política dos integralistas, pelo menos até 1935, a influência dominante dentro do sindicato dos ferroviários da Noroeste ainda era comunista. Após a intervenção do governo, com o fechamento do sindicato ainda no final de 1935, ele passou para as mãos de integralistas e fascistas, que pregavam um discurso anticomunista e se pautaram nos estatutos do sindicato para destituírem a antiga diretoria, composta principalmente pelos membros da ANL, e assumirem o poder, que já estava sendo construído pela rede de influências que esses grupos tinham na cidade e pelo poder público local. Ou seja, se Vargas realizou legalmente a política

repressiva de caça aos sindicatos considerados “perigosos” e aos ativistas comunistas, no cotidiano da ação política sindical teriam sido os integralistas e fascistas que construíram a nova ordem político-sindical local, baseada na cultura do corporativismo que foi introduzida no meio operário⁴². Além da imprensa local, a partir da mudança do poder da diretoria do sindicato, tomada pelos integralistas no final de 1935, o próprio órgão de imprensa do sindicato passou a servir como instrumento de propaganda dos ideais integralistas, mesmo com as restrições governamentais, reproduzindo artigos dos grandes periódicos integralistas, como o já citado jornal *Accção*. Além disso, nessa edição de maio de 1937 vemos que o jornal do sindicato adota uma posição de conciliação de classes, elogiando em muitos momentos a diretoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a política trabalhista do governo Getúlio Vargas ⁴³.

A partir da constatação dessas práticas e intervenções dos integralistas nos sindicatos, podemos questionar a ideia de que os trabalhadores eram completamente avessos ao integralismo, assim como a ideia de que esse movimento era formado exclusivamente por intelectuais burgueses e dedicado a atrair principalmente a classe média para as suas fileiras, como parte da historiografia afirma.

Considerações finais

Em vista da bibliografia estudada e da análise das informações presentes nas fontes primárias utilizadas, faremos uma breve revisão crítica de ideias defendidas por alguns autores analisados neste trabalho, principalmente da obra de Ricardo Antunes sobre a atuação sindical dos trabalhadores na primeira metade da década de 1930, além de realizarmos algumas considerações sobre a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a relação entre grupos conservadores, como a AIB, e os trabalhadores ao longo de nossa história.

Alguns estudiosos, como Héglio Trindade⁴⁴ e Marilena Chauí⁴⁵, afirmam que a classe média seria o foco e fonte principal da doutrina integralista. Segundo Chauí, o movimento integralista tinha a intenção de dar à classe média urbana a conformação de uma sociedade sem as “desordens” provocadas pela luta de classes. Para Miguel Reale, a classe média seria a classe revolucionária para o integralismo, sendo considerada a vanguarda política do movimento. Nesse, assim como em outros aspectos, nota-se uma grande diferença em relação aos socialistas e comunistas, que atribuem aos trabalhadores o papel de classe revolucionária. Diante do retrato do contexto em que o movimento estava inserido e criou forma, podemos

afirmar que a participação direta dos três principais ideólogos no integralismo – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale - ocorre em conjunto com os anseios de uma classe média letrada, autoritária, antiliberal e anticomunista. Mas isso não significa que o movimento tenha se limitado a buscar o apoio e conquistar, através do seu discurso, apenas a classe média, visto a preocupação em resolver a chamada “questão social” por meio do corporativismo e da ideia de sindicalismo integral, conceitos defendidos principalmente por Reale.

Em relação à análise da atuação dos comunistas, seria importante levantarmos algumas questões sobre alguns termos utilizados por Antunes, como a classificação dos setores que teriam lutado de maneira direta contra as políticas sindicais varguistas como “esclarecidos” ou “mais avançados”, questionando quais seriam os objetivos do autor ao utilizar esses termos. Nesse aspecto podemos questionar o que seria esse atraso, atribuído por ele a algumas categorias. Esse atraso seria em relação a uma suposta consciência de classe que essas categorias deveriam ter? Em relação a quem e por que eles estariam mais avançados? Tal visão parece nos apresentar um modelo pronto e acabado de consciência de classe, que classificaria as classes trabalhadoras em avançadas e atrasadas considerando que todas, independentemente do contexto histórico e do lugar, deveriam chegar a um determinado ponto, um grau de consciência a respeito de seus interesses como classe, atribuindo-se uma consciência que deveriam ter, e não buscando analisar a consciência que elas têm, tal como a crítica feita por E. P. Thompson⁴⁶.

Nesse sentido, mesmo não apresentando uma resposta aprofundada para as questões colocadas, podemos, pelo menos, criticar essas ideias apresentadas pelo autor a partir dos conceitos de classe e consciência de classe de E.P. Thompson⁴⁷. Para esse autor, a classe é uma relação, não algo pronto e acabado, já dado de antemão, mas fruto de um processo histórico, resultado de experiências em comum. E a consciência de classe, a forma como as pessoas tratam essas experiências em termos culturais. Ou seja, se a experiência é algo dado, a consciência não é. Dessa maneira, não podemos determinar ou idealizar a consciência de classe, projetando-a como gostaríamos que as classes trabalhadoras tivessem, pois podemos somente nos deparar com a consciência que elas apresentam.

Em relação à questão da manipulação, podemos fazer um questionamento, pensando até que ponto alguns setores operários não foram simplesmente manipulados, mas, em certa medida, aceitaram o sindicalismo oficial. Não só aqueles que o fizeram em um momento em que a prática sindical autônoma não seria mais possível, e por isso buscaram obter algum espaço de ação dentro da própria estrutura sindical oficial. Mas, também, os que apoia-

ram, voluntariamente, as políticas sindicais do governo Vargas, influenciados por ideias, principalmente conservadoras, anteriores a essa política, defendendo a colaboração entre as classes, de harmonia social e uma visão orgânica da sociedade, colocando-se de maneira contrária à ideia de luta de classes.

Uma questão que não é tratada por Antunes, em parte pelo fato de sua análise não se estender ao período pós-1935, mas também por ter focado principalmente o que ele classifica como setores “combativos” do movimento sindical, diz respeito à mudança na direção dos sindicatos após o seu fechamento pela repressão governamental e posterior reabertura dentro das normas oficiais. Em alguns sindicatos que foram reabertos, as direções foram compostas majoritariamente por elementos reformistas, os chamados “pelegos” e, inclusive, por integralistas, que propugnavam uma visão mais conservadora a respeito da atuação sindical dos trabalhadores, defendendo, por exemplo, a ideia de colaboração entre classes, e, no caso dos integralistas, claramente o ideal corporativista, com influência do fascismo italiano. A partir da bibliografia, vimos que a atuação dos integralistas nos sindicatos não foi restrita ao período pós 1935. Além disso, alguns dos ideais defendidos não eram novos e nem exclusivos desses grupos, já estando presentes e circulando entre diversos setores da sociedade brasileira há algum tempo.

Após tudo o que foi apresentado, chegamos à conclusão de que ainda é necessário entender melhor, de maneira mais ampla e aprofundada, como grupos de trabalhadores aderiram ao integralismo, seja através da atuação sindical ou apenas dentro do próprio movimento. Apesar de ter sido um movimento predominantemente composto pelos setores médios da sociedade, principalmente em sua origem, os integralistas se preocuparam em buscar soluções para a questão social, o que incluía a política trabalhista e qual seria o papel da classe trabalhadora, dos sindicatos dentro da sociedade idealizada pelo integralismo. Por isso, esse movimento buscou também influenciar a classe operária, conseguindo a adesão de alguns trabalhadores à sua ideologia e atuassem junto a outros trabalhadores em vários sindicatos, de diferentes categorias e em várias cidades do país.

RESUMO

O presente artigo buscou analisar a atuação política e sindical de trabalhadores ligados ao integralismo e o comunismo durante a década de 1930. Para isso, foi utilizada principalmente uma bibliografia sobre esses grupos, além da realização uma breve análise de exemplares do jornal de um sindicato de ferroviários e de um jornal da imprensa local da cidade de Bauru, como exemplo das disputas políticas e sindicais entre comunistas e integralistas. Tal análise foi voltada para entender os conflitos entre integralistas e comunistas nesse período, refletindo a polarização ideológica e a intensa disputa

entre os dois grupos no Brasil da década de 1930. A partir da crítica a alguns conceitos e visões defendidas em pesquisas sobre a atuação política dos trabalhadores nesse período, foi possível constatar a relativa falta de estudos que busquem analisar a inserção de ideais conservadores entre os trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

História Política; disputas sindicais; integralismo; comunismo.

Integralists, Communists and the political and trade unions disputes in Brazil of the 1930's

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the political and trade union activities of workers connected to Integralism and Communism in the 1930's. A bibliography about these groups was mainly used, and a brief analysis of a railworkers union newspaper and of a local newspaper from the city of Bauru was made, as an example of the political and union disputes between communists and integralists. Such analysis was dedicated to understand the conflict between integralists and communists in such period, reflecting the ideological polarization and the intense conflict between these groups in Brazil of the 1930's. Based on a brief critic of some concepts and visions defended in researches about the political activities of the workers in the period, it was noted a relative lack of studies about the insertion of conservative ideas among workers.

KEYWORDS

Political History; trade unions disputes; integralism; communism.

NOTAS

1. Mestrando em História Social (FFLCH/USP). Contato do autor: vinicius.arantes@usp.br.
2. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
3. PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.
4. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 33.
5. TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979 (2ªed.), p.2.
6. ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de Classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1982. p. 63-64.

7. SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.14, n.41, outubro 1999, pg. 103.
8. SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.14, n.41, outubro 1999, pg. 105.
9. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 72-73.
10. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 74.
11. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 75.
12. GENTILE, Fábio. O Fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações*, Londrina, v. 19, n. 01, p. 84-101. Existe um debate na historiografia a respeito da influência da “Carta del Lavoro” fascista sobre a legislação trabalhista de Vargas e em que medida partes desse documento foram copiados ou inspiraram essa legislação. O artigo de Fábio Gentile, apresenta brevemente esse debate e analisa como a “Carta del Lavoro” foi recebida no Brasil e reelaborada pelo corporativismo autoritário nacional.
13. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 81-82.
14. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 107-108.
15. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 109-110.
16. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 111.
17. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 75-77.
18. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 113-114.
19. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 103.
20. BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Anauê Paulista: Um estudo sobre a prática política da primeira ‘cidade integralista’ do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Campinas, 2004. Dissertação de Mestrado (História) - UNICAMP, 2004.
21. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 93-94.
22. BRUSANTIN, *Op. cit.*, p. 121.
23. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 112.
24. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 117.
25. CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Pensamento Integralista: Aportes e suportes para um movimento de direita. In: CRUZ, Natália dos Reis. *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012, p. 176-177.
26. CARNEIRO, *Op. cit.*, p. 174-175.
27. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 93-95.

28. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 112-113.
29. ANTUNES, *Op. cit.*, p. 113.
30. DOTTA, Renato Alencar. *O Integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)*. São Paulo, 2003. Dissertação de Mestrado em História Social - USP. p.12.
31. BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 93, 2001.
32. TRINDADE, *Op. cit.*, p. 143-146.
33. DOTTA, *Op. cit* p. 7-8.
34. DOTTA, *Op. cit* p. 9-11.
35. TRINDADE, *Op. cit* p.138.
36. DOTTA, *Op. cit* p.13-18.
37. BERTONHA, João Fábio. *O pensamento corporativo em Miguel Reale*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 66, p.269-286, 2013.
38. BERTONHA, 2013, *Op. cit.*, p. 274-275.
39. BRUSANTIN, *Op. cit.*, p. 121-122.
40. POSSAS, Lídia Maria Vianna. *O Trágico Três de Outubro: Estudo Histórico de um Evento*. Bauru, Universidade do Sagrado Coração, 1993. p. 49.
41. *Correio da Noroeste*, 05/10/1934. Museu Histórico Municipal de Bauru.
42. BRUSANTIN, *Op. cit.*, p. 123-126.
43. *O Sindicato*. Maio de 1937, nº 12, ano 4. Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP.
44. TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979 (2ªed.).
45. CHAUI, Marilena. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. In: _____ e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 17-149.
46. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.
47. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1, p. 9-15.